

Sobre a Intervenção Revolucionária

Karl Jensen

A intervenção revolucionária deve voltar-se para o movimento operário, os movimentos sociais, as instituições burguesas, enfim, em todos os lugares que se manifestam a luta de classes. A intervenção em um movimento social deve saber respeitar sua especificidade e, ao mesmo tempo, articulá-la com os interesses do movimento operário.

A opção de vida mais difícil para um ser humano numa sociedade repressiva como a nossa é a de ser revolucionário. Entretanto, é, ao mesmo tempo, a única opção válida e autêntica. Somos forçados, sob pena de cairmos na mediocridade e na infelicidade não-assumida, a ser revolucionários. Acontece que não basta optar por ser revolucionário, pois é preciso saber sê-lo, para parafrasear Hegel, que afirmou que não basta amar, pois é preciso saber amar. Quem não sabe amar ou ser revolucionário vai acabar prejudicando a pessoa amada e a revolução. É por isso que hoje se torna extremamente importante a questão da militância revolucionária e, por conseguinte, a da intervenção revolucionária.

A intervenção revolucionária pode se basear tanto no modelo “bolchevique” quanto no “guevarista”, mas, além de perguntarmos se estas formas de intervenção são realmente revolucionárias ou contrarrevolucionárias, podemos questionar a eficácia política que elas possuem. Afinal de contas, só houve uma revolução russa e uma revolução cubana. Ambas geraram um regime de capitalismo estatal e não o socialismo. O bolchevismo e o guevarismo só tiveram eficácia política uma vez, pelo simples motivo de que as condições histórico-concretas da Rússia e de Cuba a possibilitaram e estas condições não existem mais em lugar algum. Isto é tão verdadeiro que basta recordar que nunca mais houve revolução bolchevique ou “guevarista”, apesar das tentativas. Isto também é válido para o modelo “maoísta”.

Estes três modelos de intervenção política tem em comum a concepção burocrática de processo revolucionário, o que os coloca em posição de “vanguarda” em

relação às massas e, conseqüentemente, possuindo um papel dirigente. Esta intervenção política se torna, assim, contrarrevolucionária e ineficaz.

Os grupos esquerdistas, por sua vez, nunca teorizaram e planejaram sua intervenção revolucionária. A ação espontânea do proletariado seria suficiente para desencadear a revolução e construir o socialismo. Sem dúvida, somente a ação revolucionária do proletariado poderá instaurar a autogestão. Entretanto, não podemos ficar de braços cruzados esperando esse momento fantástico ocorrer, por vários motivos, a saber: a) o comodismo político é uma forma de reproduzir a sociedade existente e ser revolucionário é ser, por natureza, militante; b) a ação revolucionária do proletariado encontra pela frente a ação contrarrevolucionária da burguesia e cabe aos militantes revolucionários colaborar com o *desbloqueamento* provocado por esta ação; c) a classe dominante e suas instituições criam várias formas de integração de indivíduos, grupos e classes na sociedade repressiva e cabe ao movimento revolucionário criar formas de *desintegração social*; e d) o processo revolucionário não é um interesse restrito ao proletariado, embora este seja o sujeito histórico que pode concretizá-lo, e sim de todos os indivíduos (e setores explorados da sociedade), inclusive dos militantes revolucionários, que precisam agir por si mesmos e decretar a autogestão de suas próprias lutas políticas.

Estas são as razões da intervenção revolucionária. As elaborações teóricas sobre ela são quase inexistentes. Neste momento em que buscamos reconstruir a esquerda revolucionária torna-se necessário iniciarmos a discussão em torno dela.

O primeiro obstáculo encontra-se na relação entre o sujeito voluntário da intervenção revolucionária (o militante político ou o grupo revolucionário) e a classe revolucionária, sujeito coletivo e espontâneo da intervenção revolucionária. Se a intervenção política for concebida segundo os moldes vanguardistas, ela será tudo menos revolucionária. Portanto, a grande questão é: como intervir de forma revolucionária e, ao mesmo tempo, aprofundar ao invés de desvirtuar o caráter revolucionário do movimento operário e demais movimentos sociais?

O movimento revolucionário não conseguiu elaborar e sistematizar uma teoria da intervenção revolucionária. Mas, graças à teoria geral da revolução e do movimento

operário, juntamente com alguns apontamentos e a teoria da autonomia operária, hoje se pode pensar em esboçá-la. Os acontecimentos históricos e o desenvolvimento teórico da esquerda revolucionária, por um lado, e o progresso das ciências burguesas, por outro, fornecem subsídios importantes que clarificam questões anteriormente obscuras.

Para a formação de uma teoria da intervenção revolucionária é necessário que se utilize, de forma crítica, as conquistas das ciências burguesas, tais como as da sociologia e da psicanálise. Tanto a sociologia quanto a psicanálise estão envolvidas nas lutas de classes. A sociologia nasceu conservadora com Comte, Durkheim e continua assim até hoje, ou seja, até Parsons, passando por Weber, Pareto, entre outros. Ela nasceu visando criar ideologias burguesas e técnicas de controle social.

Entretanto, a riqueza teórica e a influência social do pensamento de Marx acabaram obrigando os sociólogos a tentarem refutá-lo (Durkheim, Weber, Sorokim, etc.), deformá-lo ou assimilá-lo. Marx, que nunca foi sociólogo, se tornou um “clássico” da sociologia e está presente em todos os cursos de sociologia em todas as universidades do mundo. Trata-se, sem dúvida, de um Marx deformado, “domesticado”, apenas mais um sociólogo entre tantos outros.

O pensamento de Marx influenciou alguns sociólogos (Mannheim, por exemplo) e isto lhe forneceu uma tendência mais crítica. Tal fato, é claro, foi reforçado pela pressão da realidade social, que confirmava as teses de Marx. A sociologia sempre se viu cortada por duas correntes: uma mais conservadora e outra mais crítica. Assumiu grande importância o surgimento da chamada “sociologia da intervenção”, pois com ela abre-se espaço para se analisar e planejar a intervenção revolucionária. Não iremos aqui descrever a história da “sociologia da intervenção” (que seria mais adequado chamar de sociologia intervencionista) e nem observar o conjunto de contribuições (psicanálise, T-Group, K. Lewin, psicodrama, etc.) a ela. Também não pretendemos analisar suas divisões internas. Buscaremos apenas analisar como ocorre a intervenção sociológica e daí retirarmos algumas ideias úteis para uma intervenção revolucionária.

A “sociologia da intervenção” crítica a sociologia dominante, que é chamada de sociologia “abstrata” ou de “gabinete”, e coloca a necessidade do sociólogo intervir na realidade social e “socializar a sociologia”. Como é realizada esta intervenção

sociológica? Geralmente são institutos e associações de sociólogos que organizam a “intervenção”. Ela só é feita, entretanto, quando há um pedido. É com o pedido que entra em relação o cliente e o sociólogo. Este último não pode trabalhar sozinho, devido vários motivos, e por isso deve montar uma equipe (que geralmente possui especialistas de outras áreas, como psicólogos, psicanalistas, economistas, dependendo do tipo de intervenção que é solicitada). Esta equipe, além da sobrevivência pessoal dos seus membros, possui despesas no trabalho e por isso é realizado um “contrato” onde se acerta o “valor” da intervenção. Os pedidos de intervenção geralmente são realizados por organizações e instituições em crise. A equipe deve reconhecer as relações de poder e as causas da crise e realizar a “análise” da situação junto com os “atores” da “organização-cliente”. Existem muitos outros detalhes e aspectos da “sociologia da intervenção” que não trataremos aqui, pois são irrelevantes de acordo com os nossos objetivos.

Devemos, em primeiro lugar, realizar a crítica da “sociologia da intervenção”. Ela se distingue da “sociologia de gabinete” apenas por ser uma “sociologia aplicada” que intervém *diretamente* e por servir apenas às instituições privadas, sendo que a sociologia clássica intervém apenas indiretamente e também trabalha para o estado. A relação entre a equipe de sociólogos e a “instituição-cliente” é uma relação capitalista, mercantil, onde se troca o “serviço” (da intervenção) pelo dinheiro.

Além disso, a equipe estará, quer queira ou não, a serviço do “cliente”. Este deve ter um mínimo de recursos financeiros e, por conseguinte, dificilmente serão instituições ou grupos pertencentes às classes exploradas. Mesmo quando ele interfere a favor de um setor explorado da sociedade contra alguma organização capitalista, consegue no máximo algumas reformas que não provocam e nem reforçam a transformação social. Quando o “cliente” é uma instituição burguesa, a equipe de sociólogos aparecerá em cena para resolver sua crise...

Em síntese, a intervenção sociológica é predominantemente conservadora. Claro que a “sociologia da intervenção” também está envolvida na luta de classes. O que predomina, evidentemente, é a sociologia conservadora (Rémi Hess, por exemplo), mas existe uma ala mais à esquerda (Georges Lapassade, por exemplo, que pelo menos

apresenta um discurso ligado a um projeto político autogestionário – embora nunca possamos ter certeza de que o discurso mantém-se coerente com a prática, a não ser no caso de conhecermos ambas, o que não é o caso – e tem sua concepção conhecida como *análise institucional*). Entretanto, essa forma de intervenção pode ser assimilada revolucionariamente pela esquerda. É isto que nos propomos a fazer a partir de agora.

Em primeiro lugar, devemos saber quem realiza a intervenção revolucionária. Vários sujeitos realizam uma intervenção, mas cabe aqui tratar da intervenção voluntária do movimento revolucionário e como ele pode intervir. Portanto, trataremos da intervenção revolucionária da esquerda revolucionária. Mas não se trata, evidentemente, da intervenção cotidiana dos militantes, tal como ocorre nos movimentos sociais e instituições burguesas, e sim da intervenção extra-cotidiana, que busca reforçar as atividades e lutas sociais.

A revolução proletária é um processo complexo e que só pode ser vitoriosa através das lutas autogeridas do proletariado. Acontece que o proletariado só coloca em questão o modo de produção capitalista em momentos históricos que são marcados pelo acirramento da luta de classes. São nestes momentos que os trabalhadores radicalizam a sua luta na produção e entram na luta direta com o estado e, conseqüentemente, elevam o nível de suas lutas e de sua consciência, desenvolvendo uma verdadeira consciência revolucionária.

O movimento revolucionário pode trabalhar em três sentidos objetivando desenvolver a consciência de classe do proletariado: a) buscando combater a ideologia dominante e buscando fornecer elementos teóricos e culturais para facilitar a elevação da consciência proletária; b) buscando lançar o proletariado na luta direta contra o estado para que ele descubra quem são os seus opositores, inclusive a burocracia partidária e sindical; c) buscando unir a luta do proletariado com a de outras classes e frações de classe e movimentos sociais que possuem um potencial revolucionário.

Isto quer dizer que, ao contrário da intervenção sociológica, a intervenção revolucionária não é realizada para atender o “pedido” de um “cliente” em troca de “dinheiro” e nem é feita por um “instituto” acadêmico. Ela é feita por um grupo político revolucionário, que pode se autodenominar sob as mais variadas formas. Um grupo

revolucionário não realiza nenhuma “relação mercantil” com a instituição, localidade ou movimento social no qual ele interfere. Por isso, não existe “cliente” e nem “dinheiro” na intervenção revolucionária. Mas o pedido não é necessário, já que as forças revolucionárias defendem a autonomia operária e a autogestão das lutas pelos próprios sujeitos da ação coletiva?

Na verdade, a intervenção revolucionária não necessita de “pedido”. Ela pode ocorrer num bairro, numa instituição ou num movimento social e para se realizar necessita não de um “pedido” e sim de uma “demanda” local ou universal ou, ainda, de sua própria iniciativa. Uma demanda local ocorre quando existe uma ascensão de um movimento social, uma crise numa instituição burguesa, etc. Por exemplo, quando um movimento social radicaliza suas lutas cabe ao movimento revolucionário fornecer-lhe apoio teórico, material, etc., e buscar articulá-lo com outros movimentos sociais e com as classes exploradas. Ou, quando uma instituição burguesa entra em crise, cabe às forças revolucionárias bombardeá-la, buscando acirrar sua crise e criar uma forte oposição interna objetivando anular sua eficácia política em relação às classes exploradas e aos movimentos sociais contestatórios. Uma demanda universal ocorre em um período de crise geral da sociedade e a intervenção revolucionária também acaba sendo universal, ou seja, volta-se para todos os locais de luta de classes ao mesmo tempo e busca articular a unidade revolucionária sob a hegemonia do proletariado. Entretanto, deve-se tomar cuidado para que esta intervenção não deixe de ser revolucionária e para isto não ocorrer deve-se sempre defender a autonomia do movimento revolucionário.

A intervenção também pode ocorrer sem uma “demanda social”. Isto acontece quando o grupo revolucionário decide intervir por conta própria em algum movimento social, instituição, etc. Tomemos um exemplo: se a universidade X apresenta uma movimentação estudantil moderada e insignificante e o grupo revolucionário decide intervir para agitar as lutas estudantis objetivando elevar o nível do movimento e sua influência neste meio, basta preparar uma estratégia de intervenção. Esta pode ser preparada tendo-se ou não militantes nesta universidade. Para realizar a intervenção basta criar uma situação social que coloque em questão a instituição. Isto pode ser feito

tanto utilizando métodos “sociológicos” como métodos políticos tradicionais, entre outros, mas para conseguir um relativo sucesso é necessário atuar em várias frentes simultaneamente. Poder-se-ia, para criar tal situação, fustigar os falsos representantes estudantis sob diversas formas, inclusive publicando a opinião da “base estudantil” (descoberta através de uma pesquisa) sobre eles. Simultaneamente, poder-se-ia veicular denúncias de corrupção, autoritarismo, etc., da burocracia universitária e, ainda, propagandear o período heroico da luta estudantil (maio de 68 em Paris, por exemplo), as críticas radicais da universidade, etc. É claro que as denúncias devem se basear em fatos verídicos (por vários motivos, tais como a necessidade de uma prática política ética, a perda de credibilidade em caso de denúncias falsas, etc.).

Outras formas de bombardear a universidade devem ser utilizados e tudo deve ser planejado antecipadamente, tanto no que diz respeito aos recursos humanos, materiais, teóricos, estratégicos, etc., quanto no que se refere aos objetivos e organização da intervenção por parte do grupo revolucionário. Uma vez que a intervenção tenha efeito, começa a sua segunda fase que é apoiar a luta autônoma dos estudantes e buscar fortalecê-lo e radicalizá-lo. Para fazer isto deve-se utilizar vários meios, tais como panfletos, jornais murais ou não, palestras revolucionárias, meios de comunicação (que gostam do “sensacionalismo” das denúncias, embora tal utilização deve ser feita em casos específicos e com cuidado), teatro, artes em geral, etc.

A intervenção revolucionária deve voltar-se para o movimento operário, os movimentos sociais, as instituições burguesas, enfim, em todos os lugares que se manifestam a luta de classes. A intervenção em um movimento social deve saber respeitar sua especificidade e, ao mesmo tempo, articulá-la com os interesses do movimento operário. A intervenção pode ocorrer, neste caso, tanto por demanda interna quanto pela decisão própria do grupo revolucionário, incentivado por uma análise do movimento ou por indicação de militantes que atuam nele.

Certamente, nada garante que a intervenção surtirá efeito. Isto depende de um conjunto de fatores, entre os quais uma análise correta das possibilidades de sucesso, os recursos disponíveis para a intervenção, os objetivos da intervenção, a conjuntura, etc. Se o resultado da intervenção for satisfatório, ótimo. Se não for, ganha-se experiência e

mais preparo para a próxima intervenção. A própria preparação da intervenção pode mudar a análise de suas possibilidades de sucesso e isto quer dizer que ela pode ser cancelada ou aperfeiçoada, dependendo da situação concreta.

Para se realizar uma intervenção, o grupo revolucionário deve formar uma “equipe” para fazê-lo. Esta deve ser integrada por um coletivo de militantes que deve conter membros que possuam experiência, formação teórica, etc., juntamente com novos militantes que ganharão experiência e aprofundamento teórico na própria prática de intervenção. Deve haver revezamento na equipe quando houver pedidos (por motivo de desgaste, problemas pessoais, etc.) ou quando for necessário atuar em situações ou locais desconhecidos pelos seus membros e por isso deve-se recorrer a algum integrante do coletivo que possa colaborar com o desenvolvimento da atividade de intervenção. Em certos casos, quando os resultados são bons e podem se tornar melhores, pode ser interessante reforçar a equipe com outros integrantes, ou seja, somando mais militantes ao coletivo sem retirar nenhum outro militante que já estava na equipe.

É importante preparar a equipe antes da intervenção. Nesta preparação, os militantes devem estar de posse de informações, dados, documentos, elementos teóricos, etc., para que a intervenção possua eficácia política.

Outro elemento necessário para que a intervenção revolucionária obtenha eficácia política é o apoio permanente do grupo revolucionário à equipe de intervenção. Tanto providenciando o “revezamento” dos membros ou fornecendo novos membros para dar mais “fôlego” à equipe, quanto fornecendo apoio moral, financeiro e material a ela.

A equipe responsável pela intervenção deve se reunir não só para planejar suas atividades como também para fazer uma autoanálise da intervenção e de sua atuação e, assim, descobrir falhas e necessidades. Todos os membros do grupo revolucionário devem ser convidados para estas reuniões de autoanálise.

Durante a intervenção, a equipe deverá realizar relatórios parciais e após ela um relatório final das atividades realizadas. O objetivo disto, obviamente, não é sociológico e sim político. Isto tem grande importância, já que não só fornece material para um estudo teórico da intervenção e para que os militantes possam utilizar os

relatórios como fontes de informações, mas também para se ter uma memória histórica das lutas sociais e da intervenção revolucionária.

Em síntese, é isto que se pode pensar hoje sobre a intervenção revolucionária. Esperemos a prática para iluminar a teoria. É com a prática da intervenção que surgirá novos problemas, novas soluções, novas teses e, por fim, novas intervenções revolucionárias.